

Estatísticas na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (década de 1940)

GIL, Natalia – USP

GT: História da Educação / n.02

Agência Financiadora: não contou com financiamento

Investigar a presença das estatísticas do ensino nos discursos oficiais sobre educação articula-se ao intuito de compreender como a busca da modernidade educativa conferiu às informações científicas a atribuição de adequadamente conduzir a administração da instrução popular. Nas primeiras décadas do século XX, os intelectuais brasileiros alimentaram a confiança em que seria possível modificar a sociedade pela via da renovação educacional. Acreditava-se que a ciência apontaria as ações realmente necessárias substituindo a tomada de decisões pautada pela vontade dos governantes, entendendo-se a política como uma competência essencialmente técnica. Assim, as estatísticas acabaram por figurar no quadro das preocupações da burocracia oficial como um instrumento precioso, porque imbuído de racionalidade, para a legitimação das decisões tomadas na esfera pública.

O trabalho aqui apresentado investiga o papel que cumprem as estatísticas nos discursos sobre educação divulgados durante a década de 1940 na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP), publicação periódica do Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Buscou-se, a partir do exame das elaborações discursivas estruturadas em torno dos números, apreender os modos de construção e difusão desses discursos no interior dos espaços educativos. Tal esforço atrela-se à idéia de que podemos pela análise dos enunciados sobre educação proferidos no passado identificar de que forma essas construções discursivas organizam nossa percepção atual dos debates educativos e de que maneira estruturam nossa expressão acerca dos problemas enfrentados na área educacional. O estudo assume ainda a perspectiva de que os discursos, para além de simplesmente expressarem as convicções de seus autores ou retratarem as idéias comuns a uma época e local, instauram realidades, valendo-se nessa análise do conceito de representação conforme formulado por Roger Chartier (1991).

As estatísticas e as decisões de governo

Desde sua criação em 1937, vem o INEP demonstrando grande interesse na produção e análise de números sobre a educação nacional. Desfrutando da imagem de neutralidade e objetividade, pelos procedimentos técnicos que utilizava nas pesquisas

que desenvolvia, o INEP tinha por atribuição produzir conhecimento considerado imparcial e racional que serviria à correta condução das ações do poder central. Além disso, deveria assessorar os estados na implementação e no desenvolvimento de políticas educacionais em suas circunscrições, assessoria esta realizada em grande parte pela circulação de material impresso produzido pelo Instituto. O envolvimento do INEP nas atividades de produção e circulação de informações sobre educação relaciona-se à significativa presença dos números que se evidencia na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*.

As estatísticas que figuram nos artigos publicados na RBEP nos anos 40 são apresentadas quase sempre como um instrumento capaz de revelar sem enganos a realidade dos fatos. Os termos usados para indicar a utilidade dos dados quantitativos dão nota deste modo de entender seu significado. Almeida Júnior, por exemplo, afirma que “*os números falam por si*” (RBEP, n.24, 1946, p.48, grifo nosso). Nos escritos de Teixeira de Freitas encontram-se expressões que atestam esse mesmo entendimento quanto à utilidade das estatísticas:

“*Vejamos, pois, ‘o que nos dizem os números’*” (RBEP, n.20, 1946, p.203, grifo nosso)

“*A revelação dos números é sombria. Deixam eles ver que não se trata de um aspecto cuja melhoria reclamasse aumento na capacidade da escola...*” (op.cit, p.206, grifo nosso)

Lourenço Filho também compartilha desta compreensão, o que se depreende da observação dos seguintes trechos:

“*Ao apresentar os dados estatísticos dantes transcritos, não desejamos senão oferecer alguns elementos para estudo objetivo de certos problemas fundamentais do ensino secundário*” (RBEP, n.40, 1950, p.88, grifo nosso).

“*Como revelam os dados estatísticos, ...*” (op.cit, p.93, grifo nosso).

Não se mencionava naquele momento a inerente relatividade das estatísticas. A discussão em foco referia-se à busca da perfeição do “retrato” e não aparece nos discursos a percepção de que qualquer conjunto de informações refere-se a uma escolha entre tantas possíveis que, portanto, pode mostrar “retratos” diferentes dos que seriam apresentados se a escolha fosse outra. Para os intelectuais brasileiros e funcionários do Estado da primeira metade do século XX os conhecimentos científicos, incluindo-se as estatísticas, exprimiam a “verdade” dos fatos, a menos que seus modos de produção fossem falhos. Assim, as ressalvas feitas aos números são freqüentemente atribuídas às

falhas no sistema de obtenção e sistematização das informações e predomina a idéia das estatísticas como fotografia ou tradução do real. Quando Teixeira de Freitas alerta para a necessidade de “*distinguir, nos resultados da estatística, a situação aparente e a situação real*” (RBEP, n.20, 1946, p.211), não está se referindo às limitações das estatísticas em si, mas antes explicitando o problema da inadequada obtenção de informações. Diante desta concepção os dados demográficos adquiriam contorno peremptório, recebendo a atribuição de desvelar a “imagem” verdadeira acerca da sociedade.

Porém, conforme destaca Jean-Louis Besson, é preciso renunciar a essa idéia das estatísticas como fotografia da realidade e assumir que se trata antes de um olhar, entre outros possíveis, que a sociedade lança sobre si mesma (Besson, 1995). A escolha do aspecto que se prestará à contabilidade acaba por definir o que será dado a ver acerca de determinada população. Assim, menos do que “revelar a realidade”, as estatísticas constroem os “fatos” e criam os modos de ver. Os números respondem a escolhas que não são nem completamente conscientes nem tão arbitrárias, mas que definem o ângulo de visão que é sempre necessariamente parcial. Essas escolhas, por sua vez, ligam-se aos objetivos que motivaram a busca da informação quantitativa. Assim, diferente do que pensavam os intelectuais brasileiros nas primeiras décadas da República, não seria o aperfeiçoamento das técnicas e dos procedimentos de coleta e tratamento dos dados numéricos que permitiria ver uma imagem mais nítida e compreensiva da realidade, porque a parcialidade é inerente a tal representação.

Ao contrário da compreensão acima mencionada, nas primeiras décadas da República, no Brasil, considerava-se que os números sobre a situação escolar brasileira, ao comporem um “retrato” do que se passava na área de educação, serviriam para orientar as ações adequadas a serem empreendidas pelo Estado. A confiança na possibilidade de que as estatísticas pudessem indicar as ações administrativas mais ajustadas lhes assegurou força como instrumento principal de orientação da atuação estatal. Considerava-se que as informações sobre a realidade fornecidas pelos números anunciariam, quase que naturalmente, as opções acertadas a serem escolhidas pelos governos. O caráter científico das estatísticas lhes conferia aparência de neutralidade e impessoalidade, o que, acreditava-se, impediria que as decisões fossem tomadas com base em critérios pessoais do governante. É, portanto, devido à consideração de que as informações quantitativas serviriam à correta condução das questões de Estado que se tem uma farta presença de dados estatísticos educacionais na RBEP e de artigos que

analisam essas informações ou, simplesmente, as reproduzem como forma de ilustrar a situação do ensino no país.

O fato de em muitos dos artigos analisados não serem mencionadas as fontes dos dados estatísticos é indicativo da fraca articulação que se estabelecia naquele momento entre os modos de produção dessas informações e o uso a que estas poderiam se prestar. A ausência de referências procede a um movimento de “naturalização” dos números, uma vez que se omite o fato de que estes foram produzidos em condições e por instituições determinadas. Opera-se, assim, com a idéia de que as estatísticas são objetivas, sem margem para discussão acerca das circunstâncias de sua produção e das metas às quais respondem. Considera-se, portanto, que não é necessário nem mesmo indicar de onde provêm. Tal situação é encontrada, por exemplo, nos editoriais do periódico onde os algarismos, que constroem uma condição propícia ao elogio das ações governamentais, não são acompanhados da indicação da fonte que os originou. No entanto, como os editoriais expressavam as opiniões e divulgavam as iniciativas empreendidas pelo Ministério da Educação e Saúde e pelo INEP fica suposto que, por se referirem ao sistema oficial de ensino, as estatísticas de que se valem também sejam oficiais. Nos artigos presentes em outras seções da RBEP, quando se indicam as fontes informantes, são fartas as referências aos dados do Recenseamento da população brasileira realizado em 1940 – ainda que esta não seja a única fonte mencionada nos discursos analisados.

Os problemas, o progresso e a propaganda de governo

A principal função assumida pelos números nos textos analisados ressalta a vinculação das estatísticas às questões relativas à administração pública da educação nacional. Como se referem a questões de gestão pública tais dados provêm no mais das vezes dos levantamentos estatísticos oficiais. Nesses artigos, os números eram evocados ora para denunciar os problemas da educação nacional, ressaltando o déficit de escolas ou as elevadas taxas de analfabetismo e evasão escolar, ora para dar visibilidade aos progressos da escola brasileira, destacando o muito que se tinha feito pelo ensino do país nos últimos tempos. Em qualquer das circunstâncias, as estatísticas apresentadas associavam-se a ações de governo, seja para alertar acerca do que precisava ser feito, seja para elogiar as acertadas realizações empreendidas pelo poder público.

Os dados oficiais eram, nessas circunstâncias, utilizados para compor uma descrição minuciosa acerca da estrutura escolar e do movimento do ensino. As

informações estavam, muitas vezes, organizadas em tabelas e listas, mas também se encontravam incorporadas ao texto. Nem sempre as informações numéricas eram explicadas ou complementadas por comentários analíticos limitando-se, por vezes, à exibição de números. No entanto, há situações em que os dados quantitativos se integram à discussão de um tema educacional específico como, por exemplo, a alfabetização de adultos, para a qual os números são relevantes. Nesses casos, as estatísticas, mesmo que restritas a poucos dados, ocupam posição central na construção argumentativa.

Este é o caso dos números encontrados nos editoriais que explicitam as circunstâncias que motivaram a ação que está sendo noticiada ou, em outros casos, são cruciais para construir uma imagem da situação precária do ensino nacional dando expressão à denúncia formulada. Frequentemente tais números são evocados para ilustrar os problemas da educação brasileira, indicando quanto ainda precisava ser feito. Com esse intuito, em editorial de 1951, expõem-se as dificuldades para se atender a todas as crianças em idade escolar:

“Muito ainda nos resta fazer no setor do ensino primário, pois que, lamentavelmente, apesar de nossos esforços, para uma população infantil em idade escolar que oscila entre 5 milhões e meio e 6 milhões, a capacidade de matrícula ainda não se eleva a 4 milhões” (Editorial, RBEP, n.42, 1951, p.3-4)

Semelhante argumentação é desenvolvida em relação à preocupação acerca do atendimento escolar nas zonas rurais, aonde a escola raramente chegava. Quanto a este problema, em editorial de 1950, denuncia-se que *“o Brasil, por largo tempo esqueceu seus habitantes da zona rural”* (Editorial, RBEP, n.38, 1950, p.3) e evocam-se dados numéricos para atestar o gritante contraste entre a situação da educação nas zonas urbana e rural. Em seguida, reclama-se a necessidade de ações com a finalidade de igualar o nível cultural da cidade e do campo, onde os números servem para configurar a imagem da situação. Encontra-se ainda entre as denúncias das precariedades do ensino o alerta quanto ao desenvolvimento desigual entre as diversas regiões do país. Nesse caso, destaca-se a necessidade de ação supletiva do governo federal sobretudo nos estados mais pobres. Assim, a apresentação da situação discrepante nos diversos estados busca justificar a necessidade da ação que o governo planejava executar.

Embora a justificativa da necessidade das iniciativas que o poder público almeja empreender, proporcionada pela “evidente” precariedade apresentada pelas estatísticas do ensino, ocupem significativa importância entre os artigos examinados, é

principalmente para dar espaço à propaganda e ao elogio das ações já realizadas pelo governo que são evocados os números referentes aos problemas da educação nacional. Assim, ao lado da exposição das dificuldades enfrentadas pelo ensino brasileiro encontram-se referências positivas às iniciativas do governo federal, do INEP e da própria Revista. Nesse caso, os algarismos indicavam o **quanto** vinha o governo realizando com vistas à melhoria das péssimas situações descritas.

Nesses artigos, as estatísticas, à medida que dimensionam a situação difícil do ensino brasileiro em termos quantitativos preparam uma compreensão positiva da atuação governamental que se envolve de certo heroísmo pelo contraste com os dados precedentes. Quanto pior a realidade descrita, maior destaque assumem as realizações anunciadas. Como exemplo pode-se mencionar a questão das construções escolares onde se percebe o uso desta estratégia discursiva. Assim, inicialmente apresentava-se o grave problema das instalações em termos qualitativos, no que se refere à conservação e à adequação dos prédios escolares, mas também em termos de quantidade, para em seguida elogiar o plano de construções proposto pelo governo federal.

Também a seção *Vida Educacional*, que se ocupava em informar como estava a educação em cada região do país, utiliza-se dos números como estratégia para dar visibilidade às realizações do poder público. Em geral, os artigos mais extensos não apenas reproduzem os dados oficiais como forma de descrever o sistema educacional, mas também os comentam, buscando dar expressão às afirmações de progressos quantitativos que faziam no corpo dos textos. É o caso da declaração à imprensa do Secretário de Educação e Saúde de São Paulo, Sebastião Nogueira de Lima, em que este indica as dificuldades enfrentadas na organização da educação no estado para em seguida elogiar o empenho do Interventor Fernando Costa no sentido de reverter essa situação:

“O ensino primário é e ainda será por muitos anos o nosso grande e fundamental problema. A porcentagem de analfabetos, ainda é, infelizmente bem elevada. O número de nossas escolas primárias ainda está muito aquém das necessidades [...] Nêsse propósito e no desenvolvimento de seu construtivo govêrno, vai Sua Excelência, em cada ano, criando escolas e grupos escolares, na Capital e no interior, e muitos outros deverá criar” (*Vida Educacional*, RBEP, n.1, 1944, p.136)

Em seguida, as informações numéricas são apresentadas para atestar a afirmação precedente:

“Em 1942, foram criadas 143 escolas e 24 grupos escolares, com 74 classes, num total de 217 unidades. No fim do ano de 1942, possuía o Estado 12.721 unidades escolares. Funcionaram nesse ano 739 grupos escolares” (op cit, p.137)

Era comum, ainda, nesses artigos o recurso à estratégia discursiva através da qual se objetiva evidenciar os progressos educacionais relacionando números referentes a diferentes épocas da história do país. Partindo-se de um breve relato pretendia-se contrapor o passado educacional, descrito de modo desfavorável, com os acontecimentos e as iniciativas recentes, dando maior notoriedade às ações empreendidas e criando, desse modo, oportunidade para comentários laudatórios ao governo:

“O exame do movimento estatístico das escolas primárias demonstra que ultimamente o seu desenvolvimento foi surpreendente e que as tendências de crescimento observadas nos últimos exercícios são das mais auspiciosas. O ensino primário geral apresentava, em 1932, o total de 2.071.437 alunos que se elevou para 2.574.751 em 1935; para 3.302.857 em 1940; para 3.496.664 em 1945” (Editorial, RBEP, n.42, 1951, p.3)

Percebe-se, de modo geral, um esforço em contrapor a situação do Império ao período republicano, mais do que comparações entre diferentes momentos da República brasileira. Nessas retrospectivas afirma-se uma melhoria crescente qualitativa e quantitativamente, mas também mencionam-se os problemas persistentes da educação e, portanto, não se estabelecem limites rígidos de início de um período próspero para o ensino brasileiro.

Com relação aos temas predominantes nos artigos que se utilizam de estatísticas com as intenções indicadas acima destacam-se a descrição e a análise da organização e do **movimento do ensino** primário. Apesar de existirem alguns trabalhos sobre os níveis secundário e superior, estes são mais raros na publicação. Assim, percebe-se que a maior preocupação no que se refere à quantidade era com o nível elementar, que não apenas se mostrava insuficiente para atender a demanda potencial de crianças em idade de freqüentar a escola, como também apresentava problemas de fluxo em vista dos altos índices de **reprovação e evasão escolar**. Ainda no que se refere ao nível primário, destacava-se a inquietação acerca da escassez de prédios escolares para atender as crianças da **zona rural** e, em menor proporção, a falta de escolas normais. Também o **analfabetismo** ocupou vários artigos da Revista sobretudo após 1947 quando o governo federal iniciou a Campanha de Educação de Adultos.

A partir da análise realizada foi possível perceber que a utilização mais recorrente que se faz das estatísticas na RBEP refere-se a sua função como instrumento de Estado para condução das decisões político-administrativas. Popkewitz e Lindblad ressaltam que “*a estatística é uma modalidade chave para a produção de conhecimento necessário para governar*” (2001, p.116) e é com este intuito que os algarismos do ensino – sobretudo estatísticas oficiais – são apresentados no periódico. Cabe ressaltar o fato de que dependendo da ordem em que se apresentem os números, dos valores que se escolha expor e das relações que se sugira entre eles, os dados quantitativos indicam conclusões variadas conforme o que se queira enfatizar. Assim, no caso aqui investigado, os números são freqüentemente evocados para abrir espaço ao elogio das ações de governo que por estar pautado em dados estatísticos – considerados científicos – ganha maior legitimidade.

A descrição das situações modelares

Outro uso recorrente das estatísticas na RBEP refere-se à comparação da situação do ensino em diferentes localidades. Nesse caso, procede-se à descrição dos dados sobre educação de cada lugar e explicitamente, ou não, estabelecem-se escalas de prestígio baseadas nos dados numéricos. Nos discursos analisados as descrições oferecidas, ao mesmo tempo que informam sobre o ensino de determinado estado brasileiro ou de outros países, criam modos de ver, fornecendo crivos de avaliação da excelência em educação.

Em alguns artigos as informações quantitativas sobre os estados brasileiros são apresentadas sem nenhum comentário que as explique ou complemente:

“Pernambuco - Em 1945 funcionaram 2.506 unidades escolares de ensino primário com o corpo docente constituído de 3.970 professores. Nesses estabelecimentos, a matrícula geral atingiu a 150.773 alunos, a matrícula efetiva fixou-se em 124.086 e a freqüência média foi de 97.680 educandos. Dêsses, foram promovidos 52.455 estudantes e 4.314 concluíram os cursos respectivos, sendo de 56.769 o total das aprovações” (Vida Educacional, RBEP, n.29, 1947, p.125)

Tais descrições ora referem-se a estados em que a situação educacional encontra-se favorável, ora mencionam localidades que se destacam pelas deficiências do ensino. O que se pode perceber é que sob pretexto de apenas informar acerca da situação educacional dos estados, a apresentação dos dados quantitativos conformam um quadro em que cada região ocupa diferente posição numa escala de prestígio que se

define de acordo com o êxito – evidenciado, principalmente, pela maior quantidade de escolas, matrículas e conclusões de curso e pelas menores taxas de analfabetismo e repetência escolar – na condução das questões administrativas da instrução pública.

Em geral a distribuição das notícias pelos estados constitui uma vitrine das diversas situações regionais do país que deixa ao leitor a tarefa de contrastar as informações de cada localidade (Dantas, 2001). Há porém um artigo explicitamente comparativo em que são apresentados dados sobre todo Brasil quanto ao movimento do curso primário. De acordo com o artigo, “*a distribuição desses resultados pelas regiões fisiográficas revela que o melhor rendimento cabe ao Sul*” (*Vida Educacional*, RBEP, n.26, 1947, p.89)¹. Indica-se, por exemplo, que as aprovações de curso contavam-se em 136.981 na região Sul, 73.998 no Leste e apenas 18.124 no Nordeste. Apesar dos desfavoráveis dados acerca do Nordeste, são as regiões Centro-Oeste e Norte que apresentam os piores desempenhos, a primeira com apenas 5.609 conclusões de curso e a segunda, com tão somente 3.914. Afirma-se, portanto, que “*em confronto com o Sul e o Leste, a região Norte-Oriental é a que oferece resultados mais modestos*” (*idem*). Porém, é necessário que se destaque que tais dados não aparecem confrontados com o total populacional das diferentes localidades o que impede que se conheça o alcance do atendimento educacional efetivamente. Isso porque, se o número de conclusões de curso é, na região Norte, bem menor do que na região Sul, é preciso que se leve em conta também que a primeira é sensivelmente menos populosa do que a segunda.

Além das descrições sobre diferentes regiões do Brasil, encontram-se na RBEP vários artigos sobre a educação em outros países, entre os quais é freqüente a exposição de dados numéricos. A maioria desses textos foi divulgada originalmente em materiais publicados em países estrangeiros e traduzidos para a Revista do INEP, de modo que não trazem comentários comparativos com a situação da educação no Brasil. Como não apresentam nenhuma introdução explicativa acerca da pertinência de considerações sobre educação em outros países numa publicação oficial brasileira, não se pode ter certeza, apenas pela análise interna ao periódico, de qual era a intenção na divulgação desses textos. Talvez pretendessem expor situações modelares a serem seguidas pelo

¹ Vale destacar que a organização geográfica do país era naquele período diferente da atual. Assim, compunham a região Sul os estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo; a região Leste era formada por Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe e pelo Distrito Federal; na região Nordeste tinha-se os estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão, Piauí, Ceará e o território de Fernando de Noronha; a região Centro-Oeste referia-se a Mato Grosso e Goiás; e, por fim, a região Norte era composta por Pará, Amazonas e os territórios do Acre, Rondônia, Amapá e Rio Branco.

Brasil ou pôr em evidência suas lacunas e deficiências ou, ainda, quando se referiam a países em piores condições do que a nossa, destacar a superioridade do ensino brasileiro. Em qualquer das possibilidades, pode-se vislumbrar, senão como objetivo explícito, ao menos a possibilidade de que o leitor procedesse à comparação das situações descritas acerca de outros países com a educação brasileira. Nesses artigos, os números constituem-se numa forma de ampliar a compreensão que o leitor teria acerca da situação que estava sendo exposta. Assim, ao lado de farta referência aos dados **qualitativos** do ensino, às condições físicas das instalações escolares, aos currículos e aos objetivos da instrução, precedidas muitas vezes por um resumo da histórica da educação do país, figuravam **estatísticas** cuja intenção era mostrar o alcance e as dimensões da obra educativa (informando o número de escolas, matrículas, docentes etc).

Foi possível pelo exame dos artigos mencionados perceber que mediante elaborações descritivas cumpria-se com o objetivo de divulgar o que acontecia em todos os pontos do território brasileiro; identificavam-se, pela comparação de dados das unidades federadas, os locais em que a educação era precária; e procedia-se à normatização da gestão educacional através da publicação das determinações legais do governo central e pelo elogio aos estados cuja situação educacional era considerada modelar. Mesmo quando o confronto dos dados não era feito pela Revista, a recorrente apresentação das informações de alguns estados (quase sempre daqueles com melhores índices a mostrar) sugere que a comparação fosse feita pelo leitor que, conhecedor da situação de sua região poderia avaliá-la com base na situação exemplar que se encontrava descrita no periódico. Constrói-se, assim, recorrendo-se aos números, um mostruário da educação nos estados pelo qual pretende-se não apenas dar a conhecer a realidade de cada lugar mas principalmente permitir comparar os desempenhos dos governos regionais na gestão do ensino, com vistas à normatização em nível nacional.

Números científicos

Os artigos que relatam pesquisas, ou mencionam resultados de estudos científicos, são abundantes nos primeiros anos de publicação da RBEP e caracterizam-se pelo farto uso de dados quantitativos. Muitos dos relatórios transcritos referem-se a trabalhos desenvolvidos pelo próprio INEP, tendo como autores os funcionários responsáveis pelas atividades da pesquisa em questão. É o caso de estudo onde se encontra uma descrição minuciosa do material investigado cujo intuito era verificar “o

valor educativo dos jornais e revistas infantis e juvenis, editadas no Rio de Janeiro” (INEP, RBEP, n.5, 1944, p.253). Os números cooperam na descrição do material expressando a dimensão das publicações, o tamanho dos tipos utilizados, o comprimento das linhas e a largura das colunas, contabilizando a distribuição dos assuntos, a nacionalidade dos autores, a idade dos leitores, evidenciando a quantidade e a distribuição dos erros de linguagem e das ilustrações e servindo à análise de outros tantos itens que configuram as publicações analisadas. Um dos objetivos era apreciar as influências boas ou más desses periódicos junto ao público ao qual se destinavam. A exaustiva quantificação de vários aspectos do material confere a impressão de que nada deixou de ser verificado pretendendo-se, assim, reforçar a credibilidade das conclusões tiradas. Nessas circunstâncias, a apresentação dos números colabora para reforçar a confiança nos resultados do estudo.

A maioria das pesquisas publicadas no periódico, porém, versam sobre temas da psicologia escolar. Tais textos freqüentemente apresentam dados em tabelas e listas e, algumas vezes, descrevem inclusive o devido tratamento estatístico pelo qual foram processadas as informações, explicitando até mesmo as fórmulas utilizadas. Nesses artigos os números reforçam a cientificidade das pesquisas, uma vez que evidenciam a utilização de procedimentos técnicos de áreas cujo status científico já estava consolidado. Maria Helena Souza Patto, referindo-se à história da psicologia, identifica “*duas fontes nas quais a psicologia comportamental bebeu ao definir seu objeto: de um lado, a biologia, da qual empresta os conceitos de adaptação, organismo, estímulo e meio; de outro, as ciências físico-matemáticas, que lhes fornecem um aparato de observação e **quantificação** que supostamente garante sua objetividade*” (1994, p.92, grifo nosso).

A compreensão de que a linguagem estava estritamente vinculada ao desenvolvimento psicológico explica a existência de artigos que versam sobre esse tema. Alguns artigos valem-se dos números para indicar a quantidade de palavras diferentes utilizadas por crianças de acordo com a idade, o número de palavras utilizadas por crianças para contar uma história, ou ainda, o vocabulário mais freqüente na leitura comum dos adultos. Contudo, uma das questões que mais aparecem nos artigos sobre psicologia selecionados são os testes de inteligência. Vários são os artigos que mencionam a utilização dos testes de QI nas investigações acerca das capacidades dos alunos e dos candidatos à seleção profissional.

Outro tema recorrente entre os artigos que trazem dados de pesquisa são os critérios para seleção profissional e os determinantes da orientação vocacional dos indivíduos. A presença desses estudos na RBEP justifica-se pela vinculação entre o INEP e o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). O Instituto respondia, através da Seção de Orientação e Seleção Profissional, pelas providências acerca da preparação e correção das provas de concurso para provimento dos cargos do serviço público. Além disso, desenvolvia estudos estatísticos a partir dos resultados dessas provas como forma de aperfeiçoar os instrumentos de seleção profissional.

Em artigo de 1944, Elisa Dias Velloso afirmava, com relação às provas de nível mental e aptidão organizadas pela Seção de Orientação e Seleção Profissional do INEP, que *“não havia, até agora, elementos que permitissem fixar um critério para a disposição das questões, em cada parte, por ordem crescente de dificuldade, como seria aconselhável”* (RBEP, n.2, 1944, p.213). Assim, com a preocupação de aprimorar o instrumento de avaliação das aptidões dos indivíduos para as diversas carreiras profissionais, recorria-se a cálculos estatísticos complexos, sendo que os dados eram, muitas vezes, apresentados sob forma de quartil, desvio padrão, percentil, entre outras complexas notações estatísticas que pretendiam contribuir na aferição da confiança dos instrumentos seletivos. Segundo a autora, *“pelo estudo estatístico que se segue à apuração dos resultados, determinadas as dificuldades relativas das questões (em função da percentagem de respostas certas e em termos de desvio padrão) é atribuída a cada uma delas uma classificação entre as demais, de acordo com o seu grau de dificuldade”* (*idem*, grifo da autora).

De modo geral, nos relatos de pesquisa publicados na Revista, no período em questão, os números tinham o intuito de sistematizar as informações coligidas nas investigações realizadas, utilizando-se de diversos recursos conferidos pela técnica estatística. Era comum a apresentação dos dados em forma de percentual, a organização de listas e tabelas e, em alguns casos, a explicitação do complexo tratamento estatístico pelo qual passaram as informações. Pela complexidade dos cálculos apresentados nos artigos, é de se supor que poucos leitores tivessem condições de compreendê-los, visto que a RBEP não se destinava a especialistas em estatística. Assim, pode-se considerar que a presença dos números, dos cálculos, das fórmulas, mais do que informar ao leitor acerca dos procedimentos seguidos, pretendia reforçar a percepção de que a pesquisa tinha sido desenvolvida com inabalável rigor científico. A utilização de recursos das

ciências matemáticas, nos artigos analisados, parece, portanto, ter contribuído principalmente para reforçar o caráter científico dessas pesquisas.

- ALMEIDA JUNIOR, A. O excesso de escolas normais no estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. IX, n. 24, set-out, 1946, p. 46-51.
- BESSON, Jean-Louis. **A ilusão das estatísticas**. São Paulo: UNESP, 1995.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 5, 1991, p. 173-191.
- DANTAS, Andréa Maria Lopes. **A urdidura da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos nos bastidores do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: a gestão Lourenço Filho (1938-1946)**. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- FREITAS, M. A. Teixeira de. Formação do homem brasileiro como trabalhador e cidadão da democracia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. VII, n. 20, fev, 1946, p. 185-222.
- GANDINI, Raquel. **Intelectuais, Estado e educação** – Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos 1944-1952. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.
- INEP. Uma investigação sôbre jornais e revistas infantis e juvenis. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. II, n. 5, nov, 1944, p. 255-275.
- INEP. Uma investigação sôbre jornais e revistas infantis e juvenis (II). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. II, n. 6, dez, 1944, p. 401-421.
- INEP. Campanha de educação de adultos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. V, n. 14, ago, 1945, p. 270-278.
- LOURENÇO FILHO. Estatística e educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. XI, n. 31, nov-dez, 1947, p. 467-488.
- LOURENÇO FILHO. Alguns elementos para estudo dos problemas do ensino secundário. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. XIV, n. 40, set-dez, 1950, p. 79-97.
- LOURENÇO FILHO. Antecedentes e primeiros tempos do INEP. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. XLII, n. 95, jul-set, 1964, p. 9-17.
- MARIANI, Maria Clara. Educação e ciências sociais: O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. In: SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982. p.169-195.
- O ensino primário e o sistema educacional. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. XV, n. 42, abr-jun, 1951, p. 3-4.
- PATTO, Maria Helena Souza. **Psicologia e a ideologia**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1994.
- POPKEWITZ, Thomaz, LINDBLAD, Sverker. Estatísticas educacionais como um sistema de razão: relações entre governo da educação e inclusão e exclusão sociais. **Educação & Sociedade**, v. XXII, n. 75, ago, 2001, p. 111-148.

Populações marginais e educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. XIV, n. 38, jan-abr, 1950, p. 3-4.

Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro/Brasília, INEP, n.1-184, 1944-1995.

SAAVEDRA, Silvia Maria Galliac. **Passos e descompassos de uma instituição de pesquisa educacional no Brasil**: a realidade do INEP. Brasília, 1988. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília.

VELLOSO, Elisa Dias. A apresentação das questões nas provas de nível mental. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. I, n. 2, ago, 1944, p. 213-218.